



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 11 - 2017/2021

Data da Sessão: 25 de Junho de 2019

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Cristina Maria Campos Pereira, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Flávio Vicente dos Santos, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vera Lúcia Marques da Silva Francisco Manuel Neto Dias Correia

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 11 - 2017/2021
25 de Junho de 2019**

-----INICIO-----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta relativa à transferência de competências, nos termos da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;**
- 3) Discussão e votação de proposta relativa à dissolução da Sociedade Comercial C+B – Centro + Bioenergia, Lda.**
- 4) Discussão e votação de proposta de apoio à Junta de Freguesia de Envendos**
- 5) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 6) Descentralização de competências – Dec. Lei nº 57/2019, de 30 de abril – informações e eventuais deliberações.**

Nesta sessão faltou o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa.

Faltaram também os vogais Vera Lúcia Marques da Silva e Francisco Manuel Neto Dias Correia que justificaram as suas faltas em devido tempo, tendo sido substituídos respetivamente pelos vogais Cristina Sofia Campos Pereira e Flávio Vicente dos Santos, ambos devidamente instalados pelo Sr. Presidente da Mesa.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta referente à sessão ordinária de Abril de 2019, a qual foi aprovada por maioria com três abstenções. Continuou, informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção solicitando informação ao Sr. Presidente da Mesa sobre se tinha respostas para lhe entregar sobre pedido que tinha entregue na sessão anterior, dirigido à Câmara Municipal sobre estrutura de custos que

levou à definição das tarifas de resíduos urbanos e pedido de informação sobre equipamentos danificados pelos incêndios de 2017.

O Sr. Presidente da Mesa informou não ter as respostas mencionadas e que o Sr. Presidente da Câmara informaria posteriormente sobre as mesmas.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção deixando uma saudação especial para o Arlindo Consolado Marques pelo facto da Celtejo ter retirado o processo judicial que tinha interposto contra o mesmo, que considera ter sido a melhor solução. Continua deixando uma palavra de felicitações ao Sr. Presidente da Câmara pela intervenção do mesmo no programa televisivo Prós e Contras, programa no qual em vez de se falar de prevenção dos incêndios, se falou mais uma vez de combate. Continuou a sua intervenção que é com agrado que tem visto algumas intervenções que têm sido feitas nas faixas de baixa densidade de combustível, nomeadamente na estrada de Aldeia de Eiras para o Barracão, EN 244, que, na sua opinião, está um trabalho bem feito. Considera que só é pena é que se aparece um incêndio que venha com muita força salta tudo, como vimos acontecer em 2017, mas em todo o caso está a ser realizado um bom trabalho que espera que estas faixas de proteção não sejam necessárias. Relativamente à reflorestação, solicita informação sobre o que está previsto nesta área. Continua questionando se já não há mesmo presunto da Marca Mação. Questiona sobre a Comissão Municipal de Segurança. Solicita informação sobre o que tem sido feito pelos jovens no âmbito do Programa Jovem Autarca de Mação. Relativamente à sinalização de trânsito no concelho, questiona se existe algum regulamento municipal sobre essa matéria. Solicita informação sobre se houve alguma alteração na quantidade de utilização do Transporte a Pedido na sequência da implementação dos novos preços daquele serviço. Termina entregando à Mesa um pedido, que já tinha feito em 2015, sobre os apoios da Câmara para a construção de um Lar em Amêndoa.

--- O vogal José António Almeida intervém para informar que, no passado dia 15 de junho realizou-se em Ortiga uma caminhada solidária, organizada pelo Agrupamento de Escolas Verde Horizonte e que teve uma grande aderência por parte das pessoas, tendo contado com mais de cem participantes. Deixa o seu agradecimento à Junta de Freguesia de Ortiga, na pessoa do seu Presidente que acompanhou pessoalmente esta atividade na sua organização e na sua realização, o agradecimento também à Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga que se associou a esta organização e disponibilizou uma visita ao seu espólio etnográfico, no final da referida caminhada.

Deixa ainda o seu agradecimento à Câmara Municipal de Mação pelo apoio na organização da atividade mencionada e a todas as entidades que apoiaram a mesma.

---O vogal António Cardoso Lopes iniciou a sua intervenção felicitando o Sr. Presidente pela sua intervenção no programa Prós e Contras. Continua a sua intervenção referindo que, depois deste aumento relativamente à água, algumas pessoas têm falado consigo, manifestando o seu desagrado por um aumento tão elevado do custo da água e relativamente a este assunto solicita informação sobre este assunto para se poder explicar às pessoas que questionam, as razões deste aumento. Termina referindo que, quando vinha a chegar a Mação se cruzou com o painel indicativo de risco de incêndio que indicava risco máximo quando estava mesmo quase a chover. Questiona se aquele painel é automático.

---O vogal João Luís Pereira intervém para informar que, no fim de semana que antecedeu as Eleições para o Parlamento Europeu, desapareceram as bandeiras do edifício da Junta de Freguesia de Envendos e no dia 26 de maio de 2019, no dia das referidas eleições, durante a noite, a Junta foi assaltada, pois na manhã seguinte verificava-se um grande reboço no interior da mesma, tendo a entrada sido feita pelo telhado, onde uma telha foi levantada. Termina a sua intervenção deixando um convite para todos os membros da Assembleia Municipal visitarem a piscina de Envendos e usufruírem daquele espaço que é de todos.

--- O vogal Daniel Jana, relativamente à intervenção no Espelho de Água da Ribeira de Eiras, solicita informação sobre se a mesma já está concluída e sobre o que é que a Câmara tem planeado para aquele espaço pois há sempre aquela esperança de que o mesmo venha a ser uma praia fluvial.

--- O vogal Vitor Agostinho informou sobre acidente na reta da Maxieira devido a areia que foi deixada no pavimento quando aquela via foi intervencionada. Solicita informação sobre que entidade detém a responsabilidade por aquela estrada.

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente pela forma como nos representou e defendeu os nossos interesses no programa Prós e Contras. Continua a sua intervenção agradecendo a intervenção realizada pela Câmara no caminho de acesso ao Parque de Merendas do Brejo, que foi melhorado significativamente. Ainda relativamente a este caminho deixa a recomendação à Câmara que dê atenção àquele caminho com alguma frequência pois o mesmo é bastante utilizado e muitas atividades são realizadas naquele local. Continua informando que as Etar's da Chão de Codes provocam um cheiro nauseabundo na

aldeia e solicita informação sobre quem é a entidade responsável pelas mesmas. Relativamente aos canídeos, refere que houve uma reunião com a Câmara, Juntas, GNR, sobre os canídeos e na mesma ficou decidido iria ser feita uma campanha por causa desta situação pela Câmara mas ainda nada foi feito pelo que deixa o alerta para esta situação pois continua a verificar-se muitos cães pelas ruas e muitos dejetos. Relativamente ao levantamento que foi efetuado pela GNR sobre as propriedades que estão em infração no que diz respeito à limpeza da floresta, foi definido que as listagens seriam enviadas para as Juntas de Freguesia mas ainda não chegou nada à União de Freguesias. Informa que no cruzamento de Lameira de Louriceira todas as placas foram destruídas nos incêndios de 2017 e há alguns dias foram substituídas as que dão a indicação de Serra, Penhascoso e Mação e todas as outras ficaram por substituir. Solicita informação sobre a razão deste facto. Relativamente ao programa Aldeia Segura, Pessoa Segura, solicita informação sobre ponto de situação do mesmo.

Em relação às Semanas Termais, refere que foi feita a divulgação como nos outros anos e nos desdobráveis vem mencionado que as inscrições podem ser feitas na Câmara e nas Juntas de Freguesia pelo que considera que tinha ficado bem enviar informação às Juntas sobre o mesmo e que seriam entregues fichas de inscrição que deviam ser devolvidas. Refere que ninguém disse nada e esse facto não impede de colaborar mas considera que teria ficado bem dizer qualquer coisa. Termina solicitando informação sobre porque é que alguns tanques da Proteção Civil, na floresta, se encontram vazios.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção felicitando o Sr. Presidente pela intervenção clara que teve no programa Prós e Contras. Refere ainda que, enquanto representante desta Assembleia Municipal na CIMT, esteve presente numa sessão extraordinária daquela Comunidade Intermunicipal, na qual foram abordadas temáticas sobre as alterações climáticas. Mais informou que foi apresentado um grande relatório com uma perspetiva correta de passado, presente e futuro, com a particularidade da abordagem ser feita concelho a concelho e por isso deixa a sugestão de que os dados relativos ao nosso concelho pudessem ficar disponíveis no site da Câmara pois contém muita informação muito interessante.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradece as referências à sua intervenção no programa Prós e Contras. Relativamente à intervenção do vogal António Reis, refere que concorda com a referência feita pelo mesmo sobre o facto do processo contra o Arlindo ter terminado e considera que valeu a pena a luta de todos, também desta Assembleia mas

especialmente dele, que revelou enorme coragem num processo que não era fácil de resolver. Em relação à questão da reflorestação refere que o Vereador António Louro irá responder sobre questões que levantou, assunto este que ainda na sessão anterior desta Assembleia foi também objeto de discussão sobre a Câmara de Mação fazer pouco nessa matéria, que inclusivamente sustentou um pouco o voto contra da bancada do PS relativamente ao Relatório e às Contas do ano passado. Refere que, até no referido programa Prós e Contras ficou bem claro que não se sabe bem o que é que o Governo e o País querem relativamente a esta matéria, como é que a Câmara de Mação havia de saber e de fazer, aliás, como todos viram, lançou o desafio ao responsável pela AGIF para que Mação fosse um dos municípios piloto nesta matéria, num projeto que será lançado pelo Governo, via AGIF.

Relativamente à questão sobre o presunto Marca Mação, refere que é um processo que, pessoalmente, o entristece pois considera que tem sido um esforço da Câmara de Mação, ao longo do tempo, para fazer realçar o presunto Marca Mação, mas, como sempre foi dito, este processo sempre dependeu e depende de outros e não da Câmara. Várias vezes a Câmara foi acusada, em termos políticos, de não haver presunto Marca Mação à venda em Mação, como se a Câmara fosse responsável por isso. Nesse processo, como noutros, a Câmara paga por às vezes se “esticar” um bocadinho mais para além daquilo que devia fazer, razão pela qual o vogal António Reis, e bem, coloca a questão. Informa que este é um processo que está meio parado, tendo promovido em março de 2018, uma reunião com os industriais do presunto para se fazer um ponto de situação sobre o assunto e os resultados não foram animadores e a alteração deste estado de coisas vai depender sempre muito daquilo que for a vontade firme dos industriais do presunto, que poderão contar com a Câmara para ajudar mas não vai mais promover um produto sem a garantia da existência do mesmo para as pessoas adquirirem pois isso não é bom para ninguém.

No que diz respeito à questão sobre a Comissão Municipal de Segurança, informa que, nesta altura, não está ativa. Mais refere que é algo que ainda muito recentemente foi alvo de uma conversa com as forças de segurança e espera que, em setembro, possamos reativá-la.

Relativamente à sinalização, informa que há uma pessoa na Câmara que se dedica em exclusivo essa matéria mas não temos regulamentação própria, é de acordo com a Lei geral e, sempre que possível, são ouvidas as forças de segurança no sentido de haver algum aconselhamento relativamente a essa matéria.

No que diz respeito ao Transporte a Pedido, informou que os dados que vão sendo transmitidos pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que é a entidade que faz a gestão deste processo, demonstram que, no concelho de Mação se tem verificado uma estabilização em termos de pedido, não havendo grandes incrementos nem diminuição de pedidos.

Relativamente ao pedido de informação sobre o Lar de Amêndoa, apresenta a suas desculpas por ainda não ter sido entregue a resposta, pensa que os elementos já estão prontos e pensava que esta questão já tinha sido tratada, o que não se verifica pelo que irá providenciar para que o mesmo seja resolvido.

Em relação à intervenção do vogal António Cardoso Lopes, agradece as palavras relativamente ao programa Prós e Contras.

No que concerne ao aumento da fatura da água aos consumidores informa que a Câmara fez um esclarecimento à população relativamente a esta matéria, que foi enviado junto com as faturas da água. Mais refere que efetivamente foi um aumento considerável, nomeadamente naquilo que é a tarifa pela disponibilidade dos resíduos sólidos e que, de alguma forma vem tentar, dentro do possível, equilibrar aquilo que estava altamente desequilibrado conforme foi aqui comprovado por todos os estudos que foram feitos. Refere ainda que, evidentemente que ninguém gosta de sentir estes aumentos, que em termos percentuais são muito elevados mas em termos nominais não são assim tanto. Informou ainda que a Câmara recebeu reclamações das pessoas, como é obvio, essencialmente de pessoas que têm no concelho de Mação segundas habitações, que pagavam valores perfeitamente irrisórios e que agora pagam um valor mais elevado pela taxa de disponibilidade, o que acontece aliás em qualquer parte do país, como muitos dos presentes sabem.

Em relação ao indicador de risco de incêndio, o painel referido não está ligado a nenhuma central de meteorologia, é manual e não houve o acompanhamento necessário de colocar a indicação do risco de incêndio de acordo com o risco de incêndio que se verifica hoje no concelho de Mação.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Envendos refere que, em relação aos assaltos, eventualmente seria positivo colocar umas câmaras de vigilância ou ligar à Segurança 24 para evitar estes assaltos que realmente são estranhos e são de lamentar. Refere que quando soube do assalto ligou imediatamente a manifestar a disponibilidade por parte da Câmara para aquilo que entendesse.

Em relação à piscina de Envendos deixa os seus votos de muito sucesso para a mesma, nesta época balnear.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana sobre o espelho de água da Ribeira de Eiras, transformar aquele espaço numa praia fluvial é um objetivo que poderemos tentar alcançar, sem pressas e sem timings propriamente definidos pois há ali vários condicionalismos neste momento que nos impedem de prometer qualquer coisa desse género e que tem a ver essencialmente com a propriedade dos terrenos e com a qualidade da água. Considera que devemos todos, enquanto concelho, ir trabalhando para ir aproveitando e ir tirando o melhor partido daquele espaço que, efetivamente já representa um grande investimento por parte da Câmara ao longo de muitos anos e que não devemos perder pela proximidade à sede do concelho e pelas memórias que todos temos daquele local.

Relativamente à intervenção do vogal Vitor Agostinho relativamente à reta da Maxieira, a responsabilidade daquela estrada é das Estradas de Portugal, bem como daquela obra, sem qualquer responsabilidade da Câmara.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias, em relação aos seus pedidos da última sessão desta Assembleia, espera responder brevemente, sendo que ainda há questões que, nesta data não conseguimos responder mas faremos uma resposta, ainda que não totalmente completa.

Continuou informando que as responsabilidades pela ETAR de Chão de Codes são da Câmara Municipal de Mação e está previsto ser intervencionada no âmbito das candidaturas ao Funde de Emergência Municipal e que, a esta data, ainda não se consegue aferir como e quando é que vai ser feito.

Em relação aos canídeos, confirma a realização da reunião e foi o Veterinário Municipal que ficou com a responsabilidade dessa campanha, em conjunto com o executivo e, de facto, ainda não foi efetuado aquilo que tinha sido o compromisso.

Relativamente à floresta e GNR, ficou decidido disponibilizar às Juntas de Freguesia e no site da Câmara para que todas as pessoas pudessem aceder, bem como junto do Gabinete Florestal e aquilo que solicita é que, em situações destas, nos seja comunicado para que possamos também estar a par delas pois as indicações que foram dadas aos técnicos do Gabinete Florestal foi que fosse cedido às Juntas de Freguesia conforme tinha sido o compromisso assumido, pelo que foi uma surpresa o que acabou de dizer.

No que diz respeito às placas da Louriceira e Alto das Lameiras, a substituição só de algumas, terá tido a ver, provavelmente, com o facto de estar previsto na candidatura do FEM a substituição de placas mas terá de aferir o que se passou efetivamente, pois não tem a ver com limites do concelho e, se algumas não foram reparadas terão de o ser.

Relativamente às semanas termais, refere que a informação de que dispõe é que foram enviadas para as Juntas de Freguesia todas as informações necessárias para o efeito, mas irá informar-se sobre o assunto ainda durante esta reunião.

Em relação ao estradão do Brejo, acompanha o Sr. Presidente da União de Freguesias naquilo que ele disse, que dá acesso a um espaço do concelho que considera dever ser usufruído por todos, foi um trabalho de muita gente e é uma mais valia do concelho que deve ser preservado e a Câmara irá fazer os possíveis para tentarmos ir melhorando aquele caminho.

Relativamente à intervenção do vogal João Filipe, refere que concorda com o mesmo pois considera que faz todo o sentido termos os dados referentes ao nosso concelho.

---O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção pela questão das faixas de baixa densidade, agradecendo o reconhecimento pelo trabalho que está a ser feito. Continua informando que aquelas faixas estão a ser construídas a coberto de uma situação simples, é obrigatório todos os municípios fazerem-nas e se não vêm o mesmo ser feito noutros municípios é porque os mesmos não estão a cumprir a lei. Mais refere que a forma como estão a ser feitas não é obrigatória, podem ser feitas limpando exclusivamente o mato mas a redução do número de árvores e a sua dimensão, é hoje estabelecida legalmente como uma obrigação de todos os municípios e nós, muitas vezes, esquecemo-nos disto, pois apesar de Mação ser pioneiro, e essa é uma coisa que é necessário reconhecer, quando em 2004 fizemos as primeiras dezenas e dezenas daquelas faixas, não tínhamos qualquer cobertura legal, invadimos simplesmente as propriedades das pessoas, fizeram-se reuniões nas Juntas de Freguesia, nas aldeias maiores, e foi explicado às pessoas o que se pretendia, foram feitas e a Câmara não teve nenhum problemas com os proprietários porque as pessoas perceberam que a intervenção era para a sua defesa e que era uma tentativa de evitar os grandes fogos. Mais refere que, ao longo destes anos só pode ter uma certeza que é que aquelas faixas são importantes, para a segurança das pessoas e se não tivemos nenhuma vítima a lamentar nos incêndios de 2017 é porque aquelas faixas contribuíram para a segurança na circulação nas estradas, permitindo entrar e sair das aldeias sem receio pois o nível de combustível junto das vias era baixo. Refere ainda que, numa coisa em que Mação

foi pioneiro e que começou a fazer sem qualquer apoio legal, é hoje uma obrigação de todos os municípios do país com áreas florestais e é com pena que vê alguns a fazer de conta que estão a fazer, nomeadamente alguns municípios não sabem o que são fitas métricas e em vez dos 10 metros que a Lei obriga, estão a fazer 4 metros nuns casos e noutros 3 metros, não retiram árvore nenhuma, não reduzindo o número de árvores com está estipulado na lei e na sua opinião, andam a estragar dinheiro do erário público e a fazer de conta numa coisa que é importante para o país e para a salvaguarda da floresta. Continua referindo que é importante ter noção que há 26 anos que não sai um fogo do concelho de Mação para nenhum concelho à volta, nesses 26 anos, teremos tido entre 800 a 900 ocorrências em que se iniciaram incêndios no concelho de Mação mas nenhum saiu para nenhum concelho à volta, mas apanhamos com 15 ou 16 e temos as nossas terras todas ardidas com incêndios que começaram noutros concelhos. Refere que é verdade que podemos amanhã ter um incêndio que se inicie aqui e vá consumir áreas de outro concelho mas parece-lhe que, em 26 anos isto nunca ter acontecido, mas terem entrado 15 ou 16 completamente descontrolados, é com certeza sintomático que alguma coisa diferente existe neste território e nesta organização. Agora, se os municípios vizinhos continuarem nesta senda de fazer de conta que fazem as faixas, não sabe se não estarão a contribuir, não só para o risco deles mas também para o nosso. Refere ainda que estas faixas não têm como objetivo parar incêndios mas há sítios onde se consegue fazer muito com aquelas faixas, mas é preciso estar lá no momento certo e utilizar a ferramenta certa e, muitas vezes a ferramenta certa para tirar partido daquelas faixas é o contrafogo, como já se fez muitas vezes, parando o fogo naqueles locais e são inúmeros os casos ao longo destes anos que provam que, aquelas infraestruturas, se forem utilizadas com inteligência, são muito importantes. Informou que temos assinalada numa cartografia a localização da origem de todos os incêndios, nos últimos 16 anos, e é evidente que junto das estradas municipais são os sítios onde acontecem mais ocorrências e, por isso é nítido que as faixas diminuem as ocorrências.

Continua referindo que construímos as faixas em primeiro lugar porque é obrigatório por lei e segundo porque consideramos que é necessário fazê-las bem feitas pois vão precisar de manutenção e como sabemos, do histórico, que não podemos contar com o apoio do Estado para fazer essa manutenção, estamos a preparar o mais possível para fazer a manutenção das mesmas com equipamentos mecânicos pois com moto manual não é economicamente possível fazer essa manutenção.

Continua a sua intervenção referindo que não pode deixar de estranhar, e lamenta o facto de não ter podido estar presente na sessão de abril desta Assembleia, o facto de ser assacada à Câmara de Mação a responsabilidade de fazer pouco na floresta e gostaria de chamar a atenção da bancada do PS, olhos nos olhos, para a gravidade desta acusação. As faixas que foram feitas em Mação há anos atrás e que hoje são obrigatórias, só foram feitas naquela altura, porque o PS colaborou pois compreendeu que, apesar de não terem suporte legal, era importante serem feitas e podiam funcionar. Se não fosse a colaboração da bancada do PS, bastava 3 ou 4 queixas do tribunal e tudo tinha sido bloqueado. Mais refere que hoje é obrigatório todos os municípios terem Gabinete Florestal e a Câmara de Mação tinha Gabinete Florestal antes de ser obrigatório, foi um esforço que foi feito e tinha-o a funcionar. Quando a Câmara deu 80 motobombas às povoações do concelho não havia nenhuma cobertura legal e houve quem dissesse se íamos envolver as pessoas, sem formação e sem seguros, no combate e a Câmara disse que sim porque muitas vezes já vimos as nossas aldeias sem ter ninguém que as defenda, porque o país promete-nos constantemente ajuda, alardeia meios e dispositivo e o que nós vemos é, num grande fogo em Mação, haver aldeias sozinhas, sem ninguém, os idosos isolados e os jovens desesperados e sem ter forma de se defender e por isso, como nós temos os extintores nesta sala, as aldeias têm uma motobomba que podem utilizar para se defenderem. Hoje está previsto na Lei estas questões da Aldeia Segura, está previsto a constituição dos agrupamentos de auto defesa das populações, portanto o país seguiu o caminho em que Mação era pioneiro, como já tinha seguido nas faixas e as faixas das linhas elétricas, pois a primeira vez em Portugal em que se limpavam 117 km de linhas e da forma como hoje se vêm limpas, foi em Mação, sem nenhuma cobertura legal, e hoje é uma obrigação da EDP em todo o país e portanto, o facto de Mação ser pioneiro e ter feito contribuiu para que hoje o país tenha isso como obrigação para todos.

Mais referiu que, em 2003, nesta sala, chegou-se à conclusão que precisávamos de entidades que gerissem efetivamente a floresta, pois nada tem solução, nada funcionará com estas soluções avulsas se não for mudada a paisagem e hoje, os nossos responsáveis políticos estão sempre a falar de gestão, de insustentabilidade da paisagem e isso começou a ser pregado aqui, nesta sala, em 2003 e é hoje o discurso do país, infelizmente ainda não chegou ao terreno.

Referiu ainda que, se há coisa que tem repetido ao longo dos anos, é que nada disto resolve o problema dos fogos, nem faixas, nem kits, nem Macfire resolvem o problema

dos fogos e nunca, nestes 16 anos, alguém o ouviu dizer que estamos seguros, que podemos estar tranquilos, antes pelo contrário, sempre afirmou que estas medidas são meros paliativos, nada disto resolve o problema. Sempre disse que a única coisa que resolve é mudar a paisagem. Se não formos capazes de retirar o excesso de biomassa e diminuir o risco, estes meios não são suficientes e o combate não vai nunca resolver o problema dos grandes fogos florestais.

Em relação às Zif's, refere que sensibilizámos sempre toda a gente que, sem ter uma estrutura legal, do tipo empresarial, isto não se resolvia e fizemos a proposta das Empresas de Aldeia e saíram recentemente as EGF que são as Entidades de Gestão Florestal, que, no fundo é aquilo que nós andamos a pedir, mas com uma diferença, em vez do país estar a criar uma figura nova que junte os proprietários de minifúndio, criou uma figura que qualquer madeireiro que tenha cem propriedades pode mudar de nome, “vestir aquele fato” e já é uma EGF e já tem uma situação fiscal melhor que os outros todos, ou seja, estragaram uma ideia que devia ser dada aos poucos sítios que têm vontade de trabalhar a sério nisto, transformaram-no num “casaco” que qualquer entidade pode “vestir” e não vai dar em nada porque não vai haver recursos para dar a tantos. Considera que, sem dar este passo na gestão isto não terá solução e considera também que, se o PS mudar de rumo e começar a deixar de colaborar nisto, nós não faremos nada e portanto deixa o seu alerta referindo que há tanto assunto para fazer oposição, há tanta coisa que, infelizmente, reconhece que poderiam fazer melhor enquanto executivo mas considera que não merecem, o concelho não merece, a seriedade do trabalho do PS nesta sala, nos últimos 16 anos não merece que se comece a fazer gincana política com a floresta.

Refere que foi a Lisboa, com o Sr. Presidente, falar com praticamente todos os Secretários de Estado, a pedir ajuda, referindo que Mação queria fazer um projeto piloto de gestão conjunta, aquilo que os outros não querem fazer e dizem que não é possível, nós queremos tentar, se nos ajudarem. Muita conversa, uns nem perceberam do que estávamos a falar, outros disseram que já existiam as ferramentas para o que queríamos e outros perceberam e mandaram-nos orçamentar, que foi o que fizemos e precisávamos de 1 milhão e oitocentos mil euros para por duas Zif's como deve ser, a servir de demonstração para o país e durante 7 ou 8 anos andámos esperançados que a ajuda viria mas nunca veio. Ardeu tudo e na primeira reunião com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que disseram ter disponível 3 milhões e seiscentos mil euros para fazer a estabilização de emergência para não perder solos. E

assim, não havia 1 milhão e oitocentos mil euros para executar um projeto estruturante, que mudaria tudo e para fazer de conta, que é para o que esses projetos servem é para fazer de conta e passar na comunicação social que se estão a fazer grandes intervenções, o que não é verdade pois o solo, depois destes incêndios todos já lá não está, a área é tão grande que a nossa capacidade de ação, quando lá chegamos já o inverno passou e a maior parte da erosão já aconteceu, mas conseguimos 1 milhão e novecentos mil euros para fazer pequenas intervenções, que serão sempre positivas mas que não vão resolver nada.

Continua referindo que, quando nós fizemos este desafio já tínhamos enviado ofício ao Secretário de Estado dizendo que estávamos aqui prontos para fazer um projeto piloto porque o projeto piloto que pedimos ao país nunca veio mas ardeu tudo em Pedrogão e nos concelhos limítrofes e foi a primeira proposta do nosso país foi vamos ter projeto piloto para Pedrogão, com Comissão de Acompanhamento, responsável técnico, e hoje, o que é que está feito em Pedrogão, o que é que o Estado Português fez de significativo em Pedrogão para resolver o problema para aquela tragédia não se repetir? Nada. Foram repetidas as coisas do passado, limpar as linhas de água, limpar as faixas das estradas, ou seja, anda a fazer-se aquilo que nós tínhamos feito e nada foi feito de estrutural.

Mais informou que agora vão sair 5 zonas piloto no país e o nosso Presidente já disse que nós queremos ser uma dessas zonas, precisamos de ser uma dessas zonas.

Relativamente à Aldeia Segura, refere que a Câmara vai tentar implementá-la na área prioritária, que são as freguesias de Amêndoa e Cardigos, ainda esta época.

Em relação ao que foi dito sobre tanques vazios, refere que se informou junto dos serviços pois não tinha conhecimento e foi informado que existem dois com problemas, S. José das Matas porque a intervenção que foi feita não resolveu ainda o problema e precisa de ser repetida e Aboboeira pois parece que há problemas no abastecimento do furo, problema que poderia ser resolvido com três ou quatro autotanques de água.

Relativamente ao painel de risco de incêndio, refere que existem alguns que fazem tudo pela internet mas custam cerca de 8 mil euros e a generalidade dos painéis existentes no país são manuais, como o nosso e, por isso, às vezes há alterações grandes de um dia para o outro e não se altera e fica ridículo e tudo se agrava quando temos uns engraçadinhos que acham muita piada chegar junto do painel e inverter a realidade do risco existente e sempre que dá conta de um caso desses, para e repõe como deve ser

ou informa os serviços para reporem a situação, mas nem sempre se consegue que o painel esteja sempre atualizado.

Em relação ao espelho de água, a Câmara tentou resolver vários problemas que estavam ali e com o apoio da APA foi possível desassorear, pois aquele espaço estava completamente assoreado com o arrastamento de terras e cinzas dos incêndios de 2003 e de 2017, verificando-se que grande parte da área estava com menos de um metro de profundidade. Conseguiu-se limpar e aproveitou-se para reforçar as condutas de saída e foram instaladas duas novas comportas para se abrirem quando há grande afluência de água e limpar o fundo.

Termina voltando a referir para haver cuidado com a utilização da floresta para a gincana política. Mação tem, neste momento, em curso, projetos na área da estabilização de emergência de milhões de euros que não vão resolver absolutamente nada, que têm absorvido todas as nossas energias enquanto Gabinete Florestal, que vão contribuir para a manutenção daquilo que temos, de alguns pontões, de alguns aquedutos, para a limpeza de algumas faixas, para a substituição de alguns sinais, mas que não vão resolver nada de estratégico para o futuro do território.

--- A Sr.^a Vereadora Margarida Lopes intervém para informar, relativamente ao Programa Jovem Autarca, que começa já na próxima sexta-feira uma das suas atividades com um “À Conversa com...”, que contará com a presença de José Brízida, e deixa o convite a todos para participarem nesta atividade. Mais informou que, também no Programa Jovem Autarca está previsto o Projeto Entre Gerações, que terá o seu início durante as férias e será desenvolvido nas IPSS’s do nosso concelho, com dinamização de várias atividades nestas instituições. Termina informando que também as comemorações do Dia da Juventude será da responsabilidade dos jovens autarcas no âmbito do referido programa.

---O vogal João Filipe intervém para referir que, perante a forma dura como o Sr. Vereador António Louro se dirigiu à bancada do PS, andou alguns anos para trás e recordou formas agressivas, como a que assistiu agora, existiam nesta casa mas que, felizmente deixaram de existir. Mais refere que o que se passou na passada sessão da Assembleia, onde infelizmente o Sr. Vereador António Louro não pode estar presente, foi uma referência às 3 ou 4 linhas que o Relatório de Atividades de 2018, da Câmara Municipal de Mação e que, na sua intervenção referiu que achou pouco e muito pobre efetivamente para aquilo que se pretendia. Refere ainda que o Sr. Vereador falou agora durante quase meia hora sobre situações que se estivessem mencionadas no referido

Relatório no item Floresta, se calhar esclarecia algumas dúvidas que se levantaram devido às 3 ou 4 linhas mencionadas no mesmo, nomeadamente “estamos a dar passos”, que consideraram muito pouco. E refere que foi só isto, porque em tudo o resto que foi dito, a bancada do PS está ao lado do Sr. Vereador António Louro, está com o concelho de Mação e reconhece que a Câmara tem trabalhado e o PS tem estado sempre com o executivo e por isso se sentiu mal, não tendo saído da sala por respeito a todos os presentes.

---O Sr. Presidente intervém para referir que o Sr. Vereador António Louro não precisa que o defendam mas quer que fique claro uma coisa:

O responsável por aquilo que está escrito no Relatório de Atividades é o Presidente da Câmara e quando refere no mencionado Relatório que “poderíamos ter ido mais além”, considera que é evidente que poderiam ter ido mais além se tivéssemos tido também instrumentos para o fazer. Mais refere que, da discussão que se fez em abril, nesta sala, sobre esta matéria, aquilo que esteve na génese desta discussão em relação à floresta foi que a Câmara não apresentava projetos, propostas de futuro, não aconselhava as pessoas, tendo o vogal João Filipe dito que a Câmara devia apontar caminhos às pessoas e, aquilo que, com total sinceridade, de alguma forma o magoou no voto contra da bancada do Partido Socialista teve a ver com as razões porque votaram contra e uma das razões foi precisamente esta. O PS poderia votar contra tudo e a democracia é isso mesmo mas ser precisamente ali, na floresta, foi injusto, pois se há área em que a Câmara de Mação tem investido tudo, tem feito tudo, onde o Vereador Louro tem feito tudo aquilo que pode e não pode, foi na floresta. Considera que a indignação do Vereador Louro só teve a ver com isso, mas repete que a responsabilidade do que foi escrito no Relatório é sua.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que seria muito positivo se Mação possuísse um Plano Diretor Florestal por causa da propriedade dos terrenos e questiona se não se poderia avançar para isso.

--- O Sr. Vereador António Louro informou que uma das coisas que a Câmara considerou é que era fundamental ter esse Plano de Ordenamento Florestal e fez uma candidatura ao Fundo Florestal e recebeu 50 mil euros de financiamento para o fazer em 2006 e depois percebeu que não valia a pena fazê-lo pois nós podíamos ter o Plano de Ordenamento mas o mesmo não ia servir para nada, não tinha nenhuma base legal para funcionar, era um documento para guardar numa prateleira. Mais informou que, finalmente agora, desde o ano passado, com os novos Planos, e a Câmara está agora

em processo de revisão, e vamos ter agora, dez anos depois, o país vem outra vez atrás de nós e vamos ter o tal Plano de Ordenamento Florestal mas, na área urbana, os PDM funcionam bem pois para haver um edifício nove tem de haver um projeto que tem de estar de acordo com o Plano mas no território e na paisagem as coisas acontecem naturalmente, os pinheiros estão todos a nascer, as áreas de eucaliptos estão todas a rebentar, as silvas nas ribeiras e por mais que haja ou não haja Planos, não vão ter influência nenhuma pois só influenciam a ação humana e infelizmente a ação humana é praticamente nenhuma. Considera que o Plano é importante para condicionar a ação humana mas só o Plano não vai resolver nada.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

O Sr. Presidente intervém para referir que é Presidente da Câmara há seis anos e Vice Presidente mais outros seis e considera que tem pautado a sua postura enquanto autarca e enquanto Presidente de Câmara por respeito e consideração por todos os eleitos locais, pelos munícipes, pelas associações, enfim, por toda a comunidade do concelho de Mação e não o tendo feito somente por palavras mas sim através de atos que estão, felizmente, plasmados em actas, em declarações públicas, em efetivação de ações que não o deixarão passar por mentiroso relativamente à forma como tem tentado gerir a Câmara, com muitos erros, que diariamente comete, com avaliações às vezes muito pouco cuidadas mas sempre tentando, ao longo destes quase seis anos, ser equilibrado, ser justo, e não tentando fazer a sua ação política, enquanto Presidente de Câmara, pautada por calculismos políticos. Mais refere que esta sua intervenção se deve ao facto de, nos últimos tempos, sentir (uma sensação mais ou menos generalizada) que há um ambiente de alguma forma mais crispado, menos “saudável” entre os diversos agentes políticos que governam o nosso concelho. Refere ainda que este ambiente, que será provavelmente culpa de todos nós, pelo que lhe é dado perceber, não está a ser apreciado pelos munícipes e portanto, sendo este um órgão político, informa que da

parte do Presidente da Câmara e do executivo que lidera, a postura continuará a ser a mesma que têm mantido até então. Contudo, não deixarão de defender as suas posições e as decisões que tomarem e justifica-las aos munícipes por todos os meios e canais de informação da Câmara. Isto para não passar um bocadinho a imagem de que algumas coisas que eventualmente algumas pessoas possam dizer é a verdade absoluta sobre essa matéria. Mais referiu que manterão a posição de apoio a tudo e a todos na exata medida daquilo que acharem que devem fazer mas não deixarão, como têm deixado um pouco até aqui, correr a tinta e as pessoas serem livres de dizer aquilo que podem dizer, contar as suas verdades, sem que o executivo se defenda e não conte as suas verdades pois a democracia também é isto, todos têm direito a dar a sua opinião, a contar a sua verdade, como a Câmara Municipal de Mação e o seu Presidente também não deixarão de o fazer sempre que assim o entendam.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta relativa à transferência de competências, nos termos da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, a Câmara apresenta aqui uma proposta no sentido de que, a transferência de competências que a Câmara poderia assumir em 2020, não o faça e que as mesmas possam ser assumidas pela autarquia somente em 2021. Mais refere que esta proposta vem de acordo àquilo que o executivo preconiza desde o princípio, não se trata propriamente de nenhuma novidade e conforme é do conhecimento de todos, no artigo 4º da Lei nº 50/2018, as Câmaras e as Assembleias Municipais tinham até final do mês de junho para decidir quais as competências que queriam assumir e se nada dissessem teriam de as assumir, mas este prazo foi prolongado até 30 de setembro e a Câmara deliberou que, do ponto de vista da mesma não deveria assumir essas competências para o ano de 2020 e com esta deliberação fica estabilizada esta questão até 31 de dezembro de 2020, sendo que a 1 de janeiro de 2021 teremos, por força da Lei, de assumir todas as competências que estão previstas na referida Lei e durante este período de cerca de ano e meio a Câmara terá todas as condições para se ir preparando e para ver aquilo que outros fazem em relação a esta matéria.

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que a documentação referente a este ponto da ordem de trabalhos que chegou aos membros da Assembleia não refere quais são as matérias, considera que faltam elementos, não tendo informação sobre quais são as razões que levaram à não aceitação por parte da Câmara. Considera

que esta foi uma tomada de decisão política. Gostaria de ter informação, em forma de nota justificativa sobre o que é que é oferecido à Câmara nestas matérias pelo Governo pois sabemos que são matérias que andam em discussão, e gostaríamos de ter conhecimento da proposta do Governo.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que considera que a Câmara esteve bem na condução deste processo e em não aceitar agora as competências, que não é necessário informar quais são pois as mesmas são constantes na referida Lei nº 50/2018 e já foram discutidas em sessão anterior desta Assembleia. Termina referindo que concorda com a decisão da Câmara pois considera que é preferível ganhar mais algum tempo para se ir preparando e também para ver o que acontece noutros municípios que já aceitaram as transferências de competências, no âmbito da mencionada Lei.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que está de acordo com o vogal José Fernando Martins pois para uma tomada de decisão, a proposta merece sempre um relatório sobre os prós e os contras, mesmo se esta matéria já foi discutida em sessão anterior.

---O Sr. Presidente inicia sua intervenção referindo que este assunto já tinha sido discutido em duas sessões desta Assembleia Municipal e lembra que os quadros que foram enviados e consubstanciavam as transferências na área da saúde vinham completamente errados, matéria sobre a qual enviou uma carta à DGAL, que até hoje não deu qualquer resposta sobre esta matéria. Mais informa que, relativamente à área da educação, a Câmara recebeu os quadros finais em meados da semana passada e como o Governo reconhece o atraso do processo é que prolongou o prazo. Mais refere que a decisão é política mas não no sentido de ser contra este Governo, é no sentido da Câmara considerar que em qualquer um destes casos, para já, não haveria uma mais-valia evidente para os serviços, para os munícipes e para os trabalhadores destas áreas, nomeadamente educação e saúde, que justificasse desde já a presença da Câmara dentro destas entidades e também por considerar que há aqui questões que têm de ser melhor trabalhadas e, não prejudicando a população do nosso concelho, a Câmara pode ter aqui um compasso de espera que poderá servir para melhorar o processo, mas não deixará de prestar o apoio que sempre tem prestado a estas entidades durante este tempo, pois as mesmas continuam a necessitar desse apoio.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de proposta relativa à dissolução da Sociedade Comercial C+B – Centro + Bioenergia, Lda.**

---O Sr. Presidente intervém para referir que, relativamente a este assunto, muitos dos presentes acompanharam este processo, que tinha como finalidade que o concelho de Mação pudesse ter uma Central de Biomassa e na altura foi constituída esta empresa, da qual a Câmara de Mação tem 1% do capital, que não tem nem nunca teve atividade e o decorrer do tempo veio a demonstrar a sua irrelevância e daí a proposta de dissolução da mesma. Relembra que a constituição desta empresa veio na sequência de um concurso lançado pelo Governo para Centrais de Biomassa que tentou disseminar pelo país e a Câmara Municipal de Mação, em conjunto com a Enervento, que então detinha a titularidade dos parques eólicos no concelho de Mação e a AJI, Industria de Madeiras, avançaram para este processo e, num concurso que foi muito disputado, este consórcio ganhou a licença para termos aqui uma Central de Biomassa, que seria instalada em Cardigos e teria o seu ponto de ligação na Sertã. Entretanto esta Central, como a esmagadora maioria delas, não avançou naquele momento, o país entrou em crise, as empresas passaram por momentos menos bons e por isso, já algum tempo, chegou-se à conclusão que não havia condições para continuarmos a deter esta empresa que, neste momento não faz qualquer sentido existir. Assim, conforme parecer jurídico e legislação em vigor, propõe-se a dissolução desta sociedade que, infelizmente para o concelho, não teve qualquer tipo de sucesso.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de proposta de apoio à Junta de Freguesia de Envendos**

O Sr. Presidente informou que a Câmara recebeu pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos, datado de 31 de maio de 2019, para a manutenção e gestão da Piscina e a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia, na manutenção e gestão da Piscina da Freguesia de Envendos, de acordo com o espírito que esteve sempre presente nos protocolos anteriormente celebrados e deixa o mesmo à consideração da Assembleia Municipal.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que a bancada do PS considera que a Câmara deveria ter quantificado o valor deste apoio e anexado à proposta de

apoio para conhecimento dos elementos desta Assembleia e para salvaguarda legal de todos os intervenientes na decisão.

---O Sr. Presidente informou que este apoio estará na ordem dos 10.000,00€ (dez mil euros) pois há valores que não são fixos, o único que é fixo são as análises da água e, por isso não é possível apresentar um montante exato deste apoio, mas considera que o vogal António Cardoso Lopes tem razão na sua observação e trará o solicitado em próxima sessão desta Assembleia.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**

O Sr. Presidente informou que se trata de uma rua em Ortiga, a Rua da Caliça, que há uma série de anos necessitava de arranjo e, por uma questão de proximidade e de gestão do processo, foi colocada à Câmara, pela Junta de Freguesia de Ortiga, a possibilidade de fazer a intervenção e o encargo da referida obra já está em fase de conclusão e a estimativa orçamental é de 5.700,00€ (cinco mil e setecentos euros) e solicita autorização da Assembleia Municipal para proceder a este pagamento.

---O vogal António Cardoso Lopes refere que este pedido menciona o valor mas a informação deveria ser acompanhada de um auto de medição, pelos mesmos motivos referidos no ponto anterior.

-- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Descentralização de competências – Dec. Lei nº 57/2019, de 30 de abril – informações e eventuais deliberações.**

O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que a Câmara, através da sua pessoa, enviou uma missiva a todos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, no passado dia 6 de junho, relativamente a esta matéria, no sentido de sabermos quais eram as suas expectativas relativamente a este assunto. Mais referiu que, conforme os Srs. Presidentes de Junta seguramente têm andado a informar-se, a trocar opiniões e a participar em reuniões sobre esta matéria, não é menos verdade que os Presidentes de Câmara fazem exatamente o mesmo, uma vez que estamos perante um processo que não tem sido fácil um pouco desconhecido e, por isso estamos todos aqui um bocadinho

a ver como andam as coisas. Referiu ainda que, como os Srs. Presidentes de Junta têm noção daquilo que os seus colegas farão noutras freguesias, também o Presidente da Câmara tem conhecimento daquilo que se passa noutros concelhos e que Juntas é que têm mostrado disponibilidade para aceitar competências e quem é que não aceita e, do seu conhecimento, são muito poucas as Juntas que estão a aceitar competências e muito menos todas as competências. Em qualquer caso a Câmara entendeu enviar a carta a todas as Juntas de freguesia, no sentido de perceber qual era a disponibilidade de cada uma das Juntas relativamente a esta matéria. Informou que a Câmara recebeu formalmente na passada semana uma carta da União de Freguesias, na qual colocou algumas questões e mostrando disponibilidade para se começar a tratar desta matéria. Praticamente todos os outros Presidentes das Juntas de Freguesia falaram consigo, mais informalmente, no sentido de percebermos como é que as coisas poderiam avançar. Continua manifestando a disponibilidade da Câmara para com as Juntas que quiserem encetar um processo negocial nesta matéria, o podermos fazer e irá dar conhecimento destas informações à DGAL para cumprimento dos prazos apesar de ser muito confusa a forma como esta comunicação pode e deve ser feita, porque o processo negocial pode-se arrastar ou nunca ser concluído se não se chegar a acordo. Em relação à União de Freguesias, manifesta a disponibilidade da Câmara para ver de que forma será possível chegar a um entendimento com a mesma, tendo o Sr. Presidente da União de Freguesias dado conhecimento que estão disponíveis para aceitar tudo e, por isso vai-se marcar uma reunião para se começar a conversar sobre esta matéria e ver se é possível um entendimento.

---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos referiu que este é um assunto que ainda irá estudar, dentro das possibilidades da sua Junta de Freguesia e está disponível para encetar o processo de negociações com a Câmara e chegar a um consenso em conjunto.

---O Sr. Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira questiona a Câmara sobre se a mesma está disponível para transferir todas as competências, ou algumas, ou nenhuma.

---O Sr. Presidente respondeu que a Câmara Municipal de Mação, depois de ouvir as Juntas de Freguesia está, obviamente disponível para perceber, de acordo com aquilo que as Juntas quiserem, os valores que estiverem envolvidos, e tomar ou não uma deliberação relativamente a esta matéria. O assunto ainda não foi discutido em reunião de Câmara com a profundidade que o mesmo merece e, neste momento, não quer

transmitir ainda nada de concreto sobre a matéria pois, como sabe, há uma prerrogativa na Lei que permite que a Câmara proponha à Assembleia Municipal manter tudo. Neste momento essa opção não está equacionada, por uma questão de coerência pois se, neste momento temos uma situação que existe com cinco das seis Juntas, não faria sentido vir aqui dizer que iria assumir tudo pois estaria a ser incoerente com aquilo que é a prática, e por isso ter transmitido aos cinco Presidentes dessas Juntas de Freguesia que, pelo menos o que existe deve ser formalizado.

--- A vogal Carla Loureiro questiona se nada vai ser deliberado nesta sessão.

---O Sr. Presidente referiu que, neste momento não há nada para votar mas foi seu entendimento que este assunto deveria ser discutido nesta Assembleia pois considera que a mesma deve ser informada do que está a ser feito nesta matéria pois é um assunto que está na ordem do dia e para os Srs. Membros desta Assembleia poderem dar as suas opiniões, para a Câmara também ouvir e para depois encetar um processo negocial com as Juntas de Freguesia.

---O Sr. Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira refere que, quando colocou a questão anterior foi porque a Lei diz que, se alguma Câmara não pretender transferir todas as competências, terão de indicar às Juntas de Freguesia quais são as competências que não irão transferir e posteriormente trazer o relatório de explicação à Assembleia Municipal, acompanhado pelo parecer do Presidente de Junta. Daí a sua questão sobre se a Câmara tem disponibilidade para transferir todas e este ponto não se aplica ou a Câmara tem alguma competência que não vá transferir e então deve aplicar-se este ponto.

---O Sr. Presidente refere que a Câmara ainda não deliberou nada sobre a matéria porque quer ouvir as Juntas de Freguesia, iniciar um processo negocial e somente depois decidirá se há condições para transferir tudo, algumas, ou nenhuma, mas esta decisão estará condicionada à negociação com as Juntas.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----